

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA Xª
VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA ESPECIAL
DEXXXXX.**

Processo n.º XXXXXXXX
Ação de Indenização

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo acima mencionado, no qual contende com **EMPRESA TAL**, também já qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, por ser hipossuficiente, nos termos da Lei nº 1.060/50, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo para tanto as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

Trata-se de Ação de Indenização, por meio da qual o autor busca reparação por danos morais, no montante de R\$ XXXXXX, pelo fato de não ter sido cumprida promessa de contratação trabalhista, fato este que teria o levado a ficar desamparado nesta Capital, juntamente com sua esposa e filha menor, após ter se deslocado para cá no intuito de assumir o referido

emprego. Assevera que a recusa na contratação teria decorrido do fato de possuir restrição de crédito em seu nome.

Foi realizada a audiência de conciliação no dia XX/XX/XXXX, restando infrutífera a tentativa de composição, oportunidade em que a Ré apresentou sua contestação às fl. X/X, alegando, em síntese: a) a incompetência deste juízo por se tratar de questão trabalhista; b) que a recusa na contratação teria advindo do fato de o Autor não ter apresentado atestado de antecedentes criminais; c) que em razão disto teria agido dentro do exercício regular de direito, pois não seria obrigada a contratar pessoa que não comprovasse sua idoneidade, não restando, portanto, preenchidos os requisitos da responsabilização civil.

Em XX/XX/XXXX foi realizada audiência de instrução, na qual fora ouvida a testemunha FULANO DE TAL, arrolada pelo autor (fl. X).

O testemunho acima mencionado comprovou os fatos articulados na exordial, no sentido de que: o autor teria se deslocado de (cidade de origem) para Brasília, juntamente com a família, em razão de uma proposta de emprego da Ré, que teria sido frustrada por esta; que tal fato teria lhe gerado evidente preocupação, por estar nesta cidade juntamente com a esposa e a filha; e que não houve menção alguma quanto a recusa à apresentação de certidão de antecedentes criminais (fl. X).

Desta feita, resta evidenciado que o autor logrou êxito em demonstrar todos os fatos constitutivos do seu direito.

A Ré, por sua vez, não logrou êxito em comprovar o fato extintivo do direito do autor por ela invocado, que teria

sido a não apresentação por este do comprovante de antecedentes criminais, tendo se limitado a apresentar um andamento processual de feito criminal no qual não há qualificação completa da parte - o que não permite sequer saber se ela se refere realmente ao autor, eis que pode se tratar de homônimo - e no qual não há indicação de condenação, razão pela qual não poderia infirmar o *princípio constitucional da presunção de inocência* (art. 5º, LVII, da CF).

A tempo e modo, vale destacar que o autor não possui nenhum antecedente criminal, como comprova a certidão anexa, cuja juntada encontra esteio no princípio da verdade real e nos artigos 435 e 437 do CPC, conforme entendimento jurisprudencial consolidado:

Assim, resta evidente que a parte Ré não se desincumbiu de comprovar o fato extintivo do direito do autor, como preceitua o art. 373 do CPC/2015:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

(...)

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Assim, após a instrução probatória, restou cabalmente demonstrado que a Ré frustrou a legítima expectativa de contratação trabalhista por ela criada no autor, após este ser submetido a processo seletivo, o que o levou, inclusive, a mudar-se para esta Capital juntamente com sua esposa e filho - situação esta que evidentemente não teria ocorrido se a Ré não tivesse efetivamente lhe garantido o emprego.

Observe-se que a proteção à legítima expectativa criada por uma parte em favor de outra encontra amparo hoje no *princípio da boa-fé objetiva*, positivado nos artigos 113 e 422 do Código Civil e no art. 4º, III, do CDC, bem como em institutos dele decorrentes como o do *venire contra factum proprium*.

Tal instituto, na lição dos doutrinadores Cristiano Chaves de Farias e Nelson Ronsenvald, vem impedir “que alguém possa contradizer seu próprio comportamento, após ter produzido em outra pessoa, uma determinada expectativa. É, pois, a proibição da inesperada mudança de comportamento (vedação da incoerência), contradizendo uma conduta anterior adotada pela mesma pessoa, frustrando a expectativa de terceiros. Enfim, é a proibição de que ninguém pode se opor a fato a que ele próprio deu causa”¹ (g.n.).

Neste sentido, têm-se os seguintes acórdãos do Eg. TJDF:

(acrescentar jurisprudência)

Ex positis, conclui-se que, após a instrução do feito, restaram cabalmente demonstradas as razões de fato e de direito deduzidas na exordial, razão pela qual os **pedidos ali formulados devem ser julgados absolutamente procedentes.**

Por fim, **tendo em vista a juntada de documento novo, requer que seja a Ré intimada a se manifestar sobre seu teor quando da apresentação de seus memoriais finais.**

XXXXXX – XX, XX de XXXXXX de XXXX.

¹.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL